

Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários da Encosta da Serra de Santa Cruz do Sul/ RS

Sessão temática A – Teorias, conceitos e metodologias sistêmicas

¹Sarita Mercedes Fernandez

²Lovois de Andrade Miguel

³Saionara Araújo Wagner

1. Resumo

O presente estudo tem por objetivo apresentar a evolução e diferenciação dos sistemas agrários da encosta da Serra do município de Santa Cruz do Sul, localizado no Vale do Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul. Este estudo consistiu na caracterização deste espaço agrário, colocando em evidência as particularidades do processo de evolução e diferenciação da agricultura local. Nesse sentido, buscou-se observar a relação do homem com a natureza utilizando o referencial da abordagem sistêmica, mais particularmente o conceito de sistema agrário. Este estudo revelou a existência de uma agricultura de cunho familiar do tipo colonial, formada por um processo de colonização européia que teve início na metade do século XIX. Inicialmente marcada pela diversificação e grande autonomia, esta agricultura colonial adotou progressivamente o cultivo do tabaco que rapidamente transformou-se na principal atividade de renda e de emprego. Nesse sentido, o período atual se caracteriza pela grande dependência do cultivo do tabaco e por uma forte instabilidade em decorrência das ações previstas pela Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, em especial relacionados às ações pela reconversão produtiva.

Palavras – chave

Abordagem sistêmica, Sistemas agrários, Tabaco, Fumo, Reconversão, Santa Cruz do Sul.

1. Introdução:

O Brasil é o segundo maior produtor de tabaco no mundo e 95% do cultivo é realizado em propriedades de agricultores familiares do Sul do Brasil, envolvendo cerca de 200 mil famílias (Revista Rede Câncer, 2008).

A região do Vale do Rio Pardo tem a sua economia fortemente ligada à produção e transformação do tabaco. Com a nova legislação relacionada ao cultivo do fumo, vislumbra-se um

¹ MSc. Fitotecnia, Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural- PGDR/UFRGS. Av. João Pessoa, 31, IEPE, 90.040-000 Porto Alegre/RS. Fone: (51) 34355922 – E-mail: saritamf@terra.com.br

² Doutor em Agronomia, Professor Adjunto, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural -PGDR/UFRGS. Av. João Pessoa, 31, IEPE, 90.040-000 Porto Alegre/RS. Fone: (51) 3308-3281 lovois@ufrgs.br

³ Doutora em Desenvolvimento Rural, pesquisadora da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO- Rua Gonçalves Dias, 570, Bairro Menino Deus - Porto Alegre/RS. Fone: (51) 3288-8095 – E-mail: saionara-wagner@fepagro.rs.gov.br

processo de redução gradativa da produção de tabaco e, conseqüentemente uma redução de postos de trabalho e de renda para os agricultores familiares locais. Nesse sentido, o fomento e a disponibilização de alternativas produtivas, assim como a promoção da diversificação de atividades agrícolas, ao nível das unidades de produção, são recomendáveis para a cidade.

A realização do presente estudo acerca da realidade agrária da cidade de Santa Cruz do Sul, pólo de produção fumageira do Sul do Brasil, busca aprofundar os conhecimentos a respeito desta região com vistas a subsidiar pesquisas e ações futuras relacionadas à reconversão produtiva.

2. Metodologia

A presente pesquisa tem como base procedimentos metodológicos baseados na abordagem sistêmica mais especificamente adaptados ao estudo de realidades agrárias complexas. Assim, buscou-se considerar a diversidade de formas e modos de produção na agricultura como sendo uma decorrência das particularidades e condicionantes socioeconômicos e ambientais que, atuando de forma distinta ao longo do tempo, influenciam e condicionam um determinado espaço geográfico.

Essas formas e modos de produção foram descritos em seis sistemas ou etapas de transição: indígena, pré-colonial, colonial I, colonial II, pré-contemporâneo, contemporâneo. Foram utilizadas variáveis quali e quantitativas que permitiram descrever as condições de existência e as particularidades de cada etapa assim como os fatores de crise que acarretaram as mudanças e reordenamentos em nível local. Foram estes procedimentos metodológicos que permitiram a reconstrução da evolução histórica e diferenciação da Agricultura praticada no local de estudo, desde as suas origens até o momento atual.

O principal conceito utilizado neste estudo é o de sistema agrário. Entende-se como um sistema agrário “um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e respondendo às condições e necessidades de um certo momento” (Mazoyer e Roudart, 2001).

3. Caracterização geográfica e zoneamento do município de Santa Cruz do Sul

A região focal do presente estudo é a cidade de Santa Cruz do Sul, situada a 155km de Porto Alegre, na Encosta Inferior do Nordeste do Estado. A cidade de Santa Cruz do Sul é considerada a capital nacional do fumo e foi colonizada a partir de 1849, por imigrantes de origem alemã de cidades do Reno e da Silésia. O núcleo inicial de colonização foi Colônia Picada Velha, hoje chamada de Linha Santa Cruz. No período compreendido entre os anos 1854 e 1855, o povoado conhecido por Faxinal de João Maria foi povoado, originando a cidade atual. A fundação oficial ocorreu na data de 31 de março de 1877.

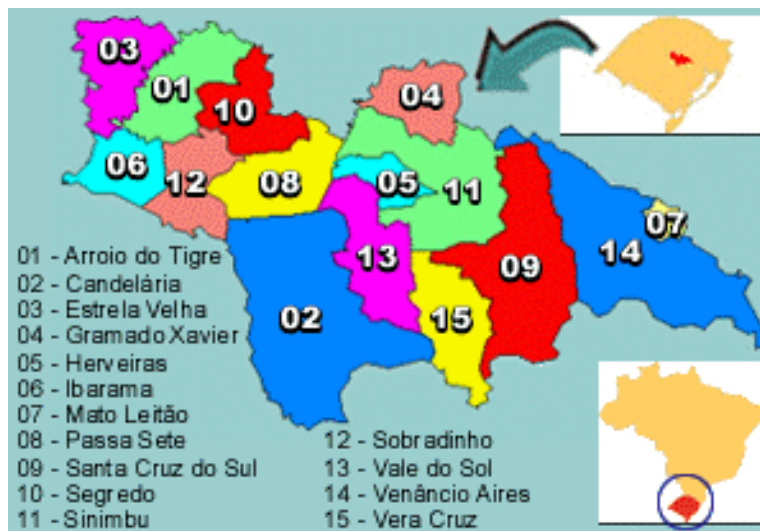


Figura 1. Localização do Vale do Rio Pardo e seus municípios.
(Fonte: <http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=7013&lg=pt>)

O Vale do Rio Pardo compreende, atualmente, 23 municípios, sendo formada por áreas campestres na região sul, ocupada em parte pelos campos nativos, principalmente em grandes propriedades, sendo substituída pela pastagem melhorada, por cultivos diversificados e, das planícies próximas aos rios, pela predominância da cultura irrigada do arroz, associada à criação de gado. A vegetação é composta, ao norte pela floresta estacional decidual (floresta tropical caducifólia e ao sul, pela predominância de estepe (campos gerais planálticos).

Segundo Silva (2001), a região de Santa Cruz do Sul pode ser dividida em 3 zonas distintas, segundo o relevo, os solos, a vegetação e o clima.

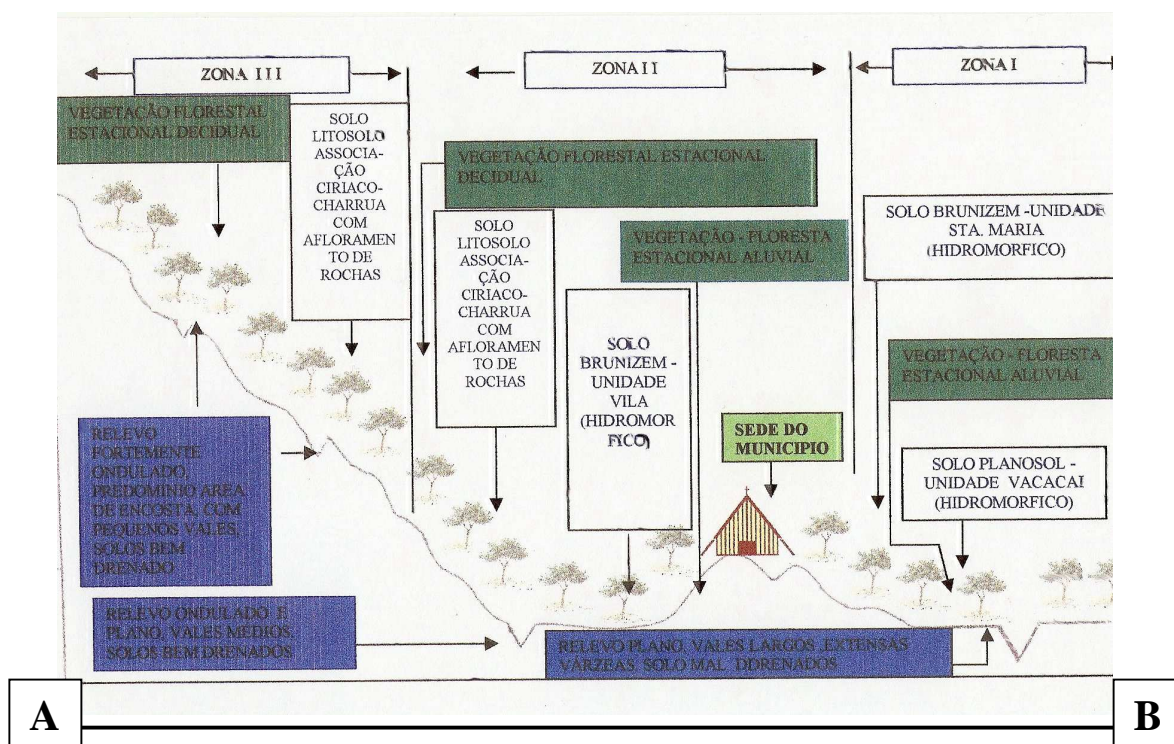


Figura 2 : Toposequência do município de Santa Cruz do Sul (Fonte: Silva, 2001).

Encontraremos, na **zona I**, os solos da Unidade Vacacaí (Planossolos), distribuídos em várzeas localizadas ao longo do curso dos rios. A vegetação originalmente predominante era o campo, mas, atualmente, devido a profunda ação antrópica, estas áreas encontram-se cobertas por plantações de arroz irrigado. Junto aos cursos de água ocorrem matas de galerias, podendo ser encontrada vegetação higrófila como os aguapés e ciperáceas. Já, em direção à sede do município, encontraremos solos da unidade Santa Maria (Brunizem) ou Nitossolos, propícios ao cultivo de milho, fumo, olerícolas e criação de gado de leite. O clima característico desta zona é, segundo a Classificação de Keoppen, do tipo “cfa”. A temperatura média anual máxima é de 24° C e a média das temperaturas mínimas é de 14,1°C. A precipitação média anual varia de 1.150mm a 1.250mm. São encontrados períodos de seca somente nos meses de dezembro a fevereiro.

Segundo o autor, a situação da flora e da fauna do município, de certa forma, “encontra-se em equilíbrio e fase de expansão”. O espaço compreendido por essa zona, em relação ao Município é de 21,33%.

Na **zona II**, área leste da sede do município, encontraremos solos do mapeamento Vila. O relevo é plano, com declives suaves de até 2%, mas a área é entrecortada por valas de drenagem formando um micro-relevo. As altitudes presentes no local vão de 60m a 200m. A vegetação é caracterizada por matas de galerias modificadas pela profunda ação antrópica. Na mesma zona encontraremos também solos da Associação Ciríaco Charrua (Litossolos) com relevo forte ondulado a montanhoso com presença de grandes elevações que formam vales em “V” fortemente desgastados pelos rios, com variação de altitude de 200m a 700m. A vegetação predominante é a mata subtropical alta, com grande variabilidade de espécies. Hoje, essa área encontra-se alterada pela ação intensiva de cultivo do Homem, área onde está situada a sede do município, onde somente nos solos Charrua são encontradas plantas remanescentes da vegetação inicial. As culturas lá desenvolvidas são o milho, feijão, mandioca e forrageiras. O clima da zona II não apresenta dados de temperaturas distantes aos da zona I, ocorrendo o mesmo com os índices de precipitação pluviométrica. A fauna e a flora são semelhantes às da zona I. O espaço compreendido por essa zona, em relação ao Município é de 33,52%.

A **zona III** está localizada ao Norte do município e caracteriza-se por apresentar relevo fortemente ondulado com formação de grandes vales, sendo a área de destaque do presente estudo devido ao cultivo intensivo de fumo. O solo é da unidade de mapeamento da Associação Ciríaco Charrua (Litossolo), onde encontraremos como base da produção agrícola o Tabaco. Aqui encontraremos os problemas mais graves quanto à conservação do solo com a presença de afloramentos rochosos, onde a declividade é muito acentuada, impedindo a utilização agrícola moto-mecanizada. Também encontraremos sob cultivo o milho, o feijão, a mandioca, a erva-mate e criação de gado leiteiro. Nas áreas mais acidentadas ainda encontraremos resquícios de mata nativa, com processos de reflorestamento, sendo introduzidas espécies exóticas como: o eucalipto (*Eucalyptus sp.*), a uva do Japão (*Hovenia dulcis*) e o Pinheiro (*Pinus sp.*). A vegetação encontrada nessa área assemelha-se ao da zona II, mas com predomínio do cultivo de fumo, representando 45,15% da área do município. O clima encontrado é semelhante ao das áreas 1 e 2, mas devido ao relevo característico de zonas altas, existe a formação de geadas. A fauna e a flora são diversificadas, não apresentando diferenças daquelas encontradas nas zonas I e II.

4. Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários de Santa Cruz do Sul

Ao iniciarmos a caracterização dos sistemas agrários identificados na região de estudo, vale referirmos que visualizamos duas formas distintas de exploração da Agricultura, principalmente, com a chegada dos imigrantes alemães, descritos a partir do sistema agrário pré-colonial, as zonas de campo (zonas I e II) e a zona de mata (zona III). Essa forma de evolução só vem a corroborar o que encontramos nas principais linhas de evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul.

As zonas de campo utilizavam a técnica de queimada e pousio para o cultivo das espécies destinadas à alimentação humana evoluindo, após a Revolução Verde, para o cultivo de grandes lavouras. Nessas áreas vamos encontrar, ainda, a criação de gado, “gado em pé”, evoluindo para a criação extensiva desses animais. Verificamos que a cidade de Santa Cruz do Sul, em suas áreas de campo (zonas I e II), introduziu, principalmente, o cultivo de arroz evoluindo para o cultivo de arroz irrigado e mecanizado. A criação de gado, evoluindo para a criação extensiva melhorada, também foi referida em várias fontes de consulta.

Segundo Santos, Oliveira e Silva Neto (2007) citando Boserup, os sistemas agrários baseados na derrubada-queimada são tipicamente florestais, oriundos das primeiras formas de agricultura datadas do período neolítico. A técnica de derrubada-queimada consistia na derrubada da floresta, secagem natural e posterior queima dos restos vegetais, sendo que os nutrientes encontrados na biomassa eram então disponibilizados às culturas. Os autores relatam, ainda, que *“como as florestas se constituem de plantas com baixa capacidade de colonização, a ocorrência de plantas invasoras nos primeiros 8 anos de cultura é muito baixa. Tal característica, aliada à grande eficiência da queimada na eliminação da vegetação espontânea, torna os sistemas agrários de derrubada e queimada pouco exigentes em trabalho”*.

A zona de mata classificada em nosso trabalho por zona III foi, fortemente, influenciada pelo cultivo de fumo. Em um primeiro momento foi observado o cultivo de fumo a campo evoluindo para o cultivo em estufas, no período aqui classificado por colonial II. A evolução das técnicas de cultivo se deu, provavelmente, por dois motivos, o primeiro deve-se, assim como o que ocorreu nas zonas de campo, à Revolução Verde e o segundo, pela impossibilidade do cultivo a campo devido à degradação ocorrida no solo. No decorrer dos períodos de cultivo deve ter havido profunda lixiviação, pela ação livre das águas devido à falta de proteção da vegetação, onde atualmente, verifica-se o afloramento de rochas.

A caracterização dos sistemas foi dividida em 6 períodos, com a finalidade de melhor descrever os episódios históricos envolvidos na evolução agrária da cidade que é objeto do estudo.

SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA (até 1750)

Fazendo alusão ao zoneamento geográfico do presente trabalho e, segundo Silva (2001) na zona I encontraremos os índios que exploravam o meio, à margem dos rios praticando a pesca, nas zonas II e III, através da coleta artesanal e agricultura. As plantas cultivadas consistiam em milho, mandioca, fumo, erva-mate e abóbora. O modo de artificialização do meio era realizado através da caça e sistema de cultivo de queimadas na agricultura. O acesso fundiário, segundo Ayukauwa & Alles (2003), era o coletivo/grupal e o cultivo era realizado, conforme Silva (2001) com uma tecnologia que consistia nas etapas: corte do mato, queimada, cultivo da roça sem remoção de troncos sem afofar o chão, a colheita era realizada enquanto o inço não cobria os cultivos quando, então, era o abandono do terreno inçado para, só então, cortar um novo trecho de mato.”

O fumo era cultivado junto com os outros produtos agrícolas e os índios utilizavam-no, após a secagem e trituração das folhas, em cachimbos para a inalação da fumaça. (Vogt, 1997).

Os principais grupos sociais encontrados nesse sistema eram as tribos e a força de trabalho era livre, as mercadorias produzidas eram negociadas na forma de trocas para auto-consumo. (Silva, 2001).

Segundo Ayukauwa & Alles (2003) a região do Vale do Rio Pardo era habitada, nos primórdios da civilização pelos índios da tradição Umbu, com acampamentos datados desde 10.700 a 6.600 a.C. Para Schmitz (2006), a região de campos altos e pinheirais e a encosta leste era habitada anteriormente à tradição Taquara por grupos de caçadores com pontas de projétil, da tradição Umbu (fase Uruguai). O autor refere que, nos vales florestados, haviam os caçadores sem pontas de projétil de pedra, da tradição Humaitá (fase Ibicuí). Os instrumentos utilizados pelos Umbus eram confeccionados através da técnica de percussão, pressão e polimento de material lítico. Para Ayukauwa & Alles (2003) esses índios teriam se fixado na encosta do planalto há 8.000 anos a. C.

Para Schmitz (2006) *“Os séculos ao redor do tempo de Cristo levam a termo em todo o planalto brasileiro e regiões lindantes a transformação dos caçadores - coletores em plantadores, com aldeias mais estáveis e utilização de cerâmica, exigida pelos novos produtos vegetais. Neste processo estão incluídas difusões de elementos culturais referentes à domesticação de plantas e animais, cerâmica, construção de habitações, organização social e política, e provavelmente migrações de populações, como a do Tupi - guarani, ao lado de expressões de criatividade das populações locais surgidas espontaneamente ou em resposta a modificações ambientais ou acontecimentos históricos. Nesta modificação geral surge a tradição Taquara. Neste momento somos incapazes de maiores detalhes sobre o processo concreto, que deu origem às casas subterrâneas, à cerâmica planaltina e ao sistema econômico local.”*

Vogt (2001), fala que, tradicionalmente, os Umbus caçavam vários tipos de animais para alimentação, tais como: anta, o veado, o porco-do-mato, a cutia, o Quati, a paca, o bugio, a jaguatirica, o tatu, o ratão do banhado e outros ratos, a preá, cágados e lagartos, também praticavam a pesca e a coleta. Schmitz (2006) relata que ao analisarem *“uma amostra de restos de animais encontrados em um sítio de abrigo - sob - rocha, da tradição Umbu, localizado no vale do rio Maquiné em Osório, identificaram cerca de 400 ossos de mamíferos e algumas dezenas de outros animais. Quantitativamente os mamíferos estavam assim representados: 46% de tatus, 29% de cervídeos (veado-campeiro e veado mateiro), 13% de carnívoros (graxaim, gato-do-mato e lontra), 6% de roedores (preá, cutia, ratão-do-banhado e ouriço-cacheiro), 3% de porco - do - mato - cateto, 2% de anta, 2% de bugio e 0,5% de gambá. Também identificamos restos de cágados, lagartos, peixes, aves e moluscos (aruá-do-mato, um bivalve de água doce e seis espécies marinhas)”*.

Schmitz (2006) relata que o começo da tradição ceramista Taquara corre paralelamente a uma neolitização geral do planalto brasileiro e a migração, para o sul do Brasil, de uma população horticultora da borda da Amazônia, que os arqueólogos identificam como Tupi - guarani. O autor afirma que, por volta do ano de 1.500, a região já era ocupada por índios dessa tradição. Cabe aqui esclarecer que, segundo Schmitz & Becker (1991), os grupos pré-históricos são classificados de acordo com suas características culturais, onde tradição, *“são conjuntos maiores de materiais com características semelhantes que reúnem diversas fases e que mantêm as características isoladas como diagnósticas dentro de um tempo e espaço mais amplos, ou simplesmente “é o espaço e o tempo de uma nação indígena.”*

O fator que causa a ruptura desse sistema agrário consiste para Vogt (2001) na chegada dos bandeirantes caçadores de escravos para os engenhos e, além disso, os brancos traziam muitas doenças, as quais, os índios não tinham resistência.

A principal política pública da época foi a concessão de sesmarias segundo Silva (2001), o que provocou a invasão das terras indígenas pelos alemães quando chegaram à região de Santa Cruz do Sul. Vale afirmar que esses índios eram pacíficos e não entraram em confronto com os europeus.

SISTEMA AGRÁRIO PRÉ-COLONIAL Sesmarias Estâncias e Pecuária Extensiva (1750-1849)

As zonas I e II destacavam-se pela presença das sesmarias e estâncias e pela pecuária do tipo extensivo (criação de gado nos campos), no período de 1750 a 1849. A zona III, característica pela força de trabalho familiar, ainda pouco explorada, até a chegada dos imigrantes, tinha como modelo a agricultura de derrubada-queimada e a produção era quase que, totalmente, destinada ao auto-consumo. As ferramentas, enxada, foice e picão, eram essencialmente manuais. Com a chegada dos imigrantes alemães iniciam-se os cultivos com a utilização da tração animal leve.

Silva (2001) aponta que duas sociedades coexistiram na época dos açorianos; a dos estancieiros que produziam charques, couro e sebo e criadores de gado na Campanha e a dos pequenos produtores, localizados na Depressão Central e Litoral, que faziam agricultura de subsistência, com mão-de-obra familiar.

As relações de produção e troca de produtos agroflorestais eram predominantes na área de destaque do trabalho. Havia poucos excedentes agrícolas, entre os quais, podemos citar a erva mate e o trigo na zona três e o charque, a graxa e o couro, nas zonas um e dois.

O fator preponderante de transição para o sistema agrário seguinte foi a chegada dos imigrantes alemães com o apoio da política imperialista vigente na época. Silva (2001) diz que o interesse político era a posse de novas terras e a garantia de acesso estratégico ao mercado platino para a promoção do cercamento dos campos com a finalidade de distribuição de sesmarias com o intuito de assegurar a posse do território junto às fronteiras do Uruguai e Argentina. A atividade agropecuária predominante era a criação de gado que criava a dispersão da população para outros territórios e ia contra os interesses da coroa.

Segundo Silveira (2005) a chegada dos alemães ao Vale do Rio Pardo, que provocou a ruptura do sistema pré-colonial, se deve a dois fatores, sendo o primeiro; a vinda da família real para o Brasil aliada à abertura dos portos, em 1808, quando Portugal passa então a povoar regiões de terras devolutas para incrementar o comércio local. E o segundo, é devido ao fim do Feudalismo na Alemanha e ao avanço do processo de unificação que leva os camponeses à tentativa de alçarem novos vãos no sentido de desbravarem novas terras.

O fumo passou então a ser cultivado por esses alemães em 1824, na Colônia de São Leopoldo e na região do Vale do Rio Pardo, mais expressivamente, em Santa Cruz do Sul, em 1850. Cabe ressaltar que em 1830, segundo Souza (2002), começam as dificuldades dos imigrantes em se instalar, muitos aguardavam meses pela terra prometida pelo Governo. Ou seja, em um intervalo de 6 anos, o cenário político mudou, e os colonos que começavam a trabalhar nas terras, somente recebiam o excedente de produção das colônias mais antigas para garantir, principalmente, a alimentação.⁴

⁴ Etges (1991) afirma que “a partir do século XVIII o fumo passou a ser o principal gênero de comércio de escambo dos escravos na Costa da Mina (atual Costa da Guiné), chegando a representar 30% das exportações de fumo do Brasil colonial que, até a extinção do tráfico em 1850, fez a riqueza dos comerciantes baianos”. Não, por acaso, no mesmo ano, na região Sul, chegavam imigrantes alemães na cidade de Santa Cruz do Sul devido à escassez de mão-de-obra.

SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL I Colonização Européia e Granjas de Arroz (1849-1930)

A agricultura no sistema colonial I era de queimada e pousio, com instrumentos de produção manuais e tração animal leve, a mão-de-obra já era livre, composta pela família ou contratada, nas zonas I e II. Cabe ressaltar ainda que, no ano de 1888 era concedida a abolição da escravatura pela princesa Isabel e, assim, a mão-de-obra escrava passou a ser livre, forçando a contratação de imigrantes para o cultivo das lavouras. Nessas zonas, com predominância de campos, foi introduzido o cultivo do arroz, a princípio sem a utilização de irrigação, evoluindo para o cultivo do arroz irrigado.

A zona três, área florestada, ocupada pelos imigrantes alemães, evoluiu para o cultivo do fumo mais intensamente após o surgimento, em 1918, do primeiro pólo industrial fumageiro. A agricultura de derrubada-queimada, com a introdução da tração animal leve, característica dos tratos culturais europeus, foi introduzida pelas técnicas de cultivo trazidas pelos alemães. Havia, além do cultivo do fumo, a produção de erva-mate, madeira, milho, feijão, trigo, suínos e batata. Houve a intensificação do desmatamento para a construção das casas dos imigrantes. Esse processo, aliado à produção intensiva de uma monocultura, desencadearia, mais tarde, a redução da fertilidade do solo com a alteração das características físico-químicas, erosão e afloramento de rochas devido às constantes lixiviações pela água das chuvas.

Segundo Souza (2002), em 1877, Santa Cruz foi desmembrada de Rio Pardo tornando-se núcleo da colonização alemã. Junto com a atividade agrícola houve um processo de especialização, surgiram moinhos, atafonas, engenhos de açúcar, fábricas de azeite, curtumes e figuras sociais como tropeiros, carreteiros, ferreiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, pedreiros, oleiros e outros novos ofícios foram, também, aparecendo.

Silva (2001) ressalta que a colonização alemã, na cidade de Santa Cruz do Sul é traduzida por um “processo de economia de mercado em um espaço economicamente vazio” porque as terras utilizadas não interessavam os latifúndios, presentes nas zonas II e III do presente trabalho. As áreas ocupadas pelos alemães eram as de floresta, zona III, desprezadas pelas fazendas de criação de gado, que fixaram-se nas zonas planas de campo. As relações de produção e troca consistiam na produção agropecuária e colonial, acrescidos de artesanato de subsistência.

Segundo Bassan (2003) a formação econômico-social da região do Vale do Rio Pardo estava vinculada aos interesses de expansão dos portugueses nas terras do Sul do Brasil. A própria fortaleza Jesus-Maria-José, foi criada para a defesa dos interesses militares e consolidação das conquistas e domínios dos portugueses. Em 1855, os alemães foram contemplados com a concessão de lotes urbanos, onde era realizado o beneficiamento industrial do fumo produzido na zona rural. Em 1918, quando do surgimento do pólo industrial fumageiro de Santa Cruz do Sul, o país vivia sob o império do café, onde em 1922 o governo federal elaborou uma política de defesa permanente para o produto. O surgimento desse pólo em Santa Cruz do Sul aqueceu a economia local e, no período que engloba o ano de 1918, a Brazilian Tobacco Corporation instala-se em Santa Cruz do Sul, empreendimento patrocinado pela British American Tobacco (BAT) e, segundo Lima (2007), foram introduzidos, de forma experimental, os fumos curados em fornos (ou estufas), as técnicas e técnicos foram trazidos dos Estados Unidos e o Rio Grande do Sul, representado pela região do Vale do Rio Pardo, foi agraciado pela alternativa devido à tradição no cultivo de fumo em folha.

Em meados de 1900 inicia-se a mecanização do cultivo agrícola na região e a economia de Santa Cruz do Sul é definida pela dominação capitalista do processo produtivo, onde as unidades de produção industrial dominavam o setor econômico. Nesse mesmo período inicia-se a marcha em direção ao surgimento das agroindústrias, onde o café não consegue manter seus preços estáveis e a

partir de 1930, o modelo agrário exportador, junto aos latifundiários, entra em crise devido à economia mundial, a partir do crack da bolsa de Nova Iorque, em 1929⁵.

Segundo o site da Souza Cruz, a lavoura de hoje, a indústria e o comércio de fumo surgiram da concentração ocorrida entre 1910 e 1930, resultante dos movimentos de diversificação da produção acontecidos no século XIX. As lavouras de fumo entraram numa fase de grande expansão com o final da liberdade vigiada de Portugal e assim tornou-se possível cultivar qualquer espécie, em qualquer lugar. Além disso, a possibilidade do comércio direto com países estrangeiros representou um grande incentivo e as províncias que mais se destacaram foram as de Goiás, Minas Gerais, Bahia e, por um fenômeno especial ligado à vinda dos imigrantes alemães, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL II Agricultura familiar e industrialização (1930-1965)

As zonas I e II continuam aqui com as mesmas características do sistema agrário colonial um até a chegada da Revolução Verde, em 1960, que introduziu a mecanização e o uso de insumos para a produção de cultivos extensivos em grande escala. A zona II sofreu forte impacto antrópico devido à instalação da sede do município e a expansão das áreas construídas.

A zona III evoluiu para a produção de fumo em estufas, agora em escala industrial. Continuam sendo produzidos o milho, feijão, trigo, erva-mate, batata e a criação de suínos também se faz presente. Embora a escala industrial tivesse sido implantada, devido às condições impróprias dos solos, com o afloramento de rochas, não era possível a utilização de motomecanização pesada, sendo utilizada, somente em alguns casos, a tração motorizada leve. A mão-de-obra continua sendo, preferencialmente, familiar. A integração das fumageiras, o surgimento do crédito agrícola em 1965, aliados aos insumos trazidos pela Revolução Verde, introduziriam dificuldades para os pequenos produtores. Com a introdução de diversos insumos químicos e tração motorizada leve e pesada, a agricultura de pousio vai desaparecendo e surge também a mão-de-obra contratada especificamente, para a colheita do arroz irrigado, nas zonas um e dois e do fumo, na zona 3.

José Graziano da Silva (1998), citando Lenin, fala que o desenvolvimento do mercado interno no Capitalismo vai em direção à divisão social do trabalho, onde os diferentes tipos de transformação de matérias-primas e diferentes operações dessa divisão separam-se da Agricultura e formam ramos industriais com existência própria. Então, já, na década de 30, os primeiros passos eram dados para a transformação da Agricultura, com incentivo à criação das indústrias.

No final dos anos quarenta, segundo Silveira (2005), há uma diminuição da expansão da cultura do fumo devido a 2 fatores. O primeiro estava ligado à economia de mercado e o segundo foi o término da Segunda Guerra Mundial. Então, nos anos 50, houve uma crise, onde mesmo a Alemanha, principal mercado comprador da mercadoria, não possuía condições de importação.

Em meados de 1960 surgem novas empresas multinacionais devido a uma crise que ocorria na Rodésia, hoje Zimbábue, elas estavam em busca de mercados menos instáveis. Karnopp (2003) fala que “*os setores industriais da agricultura desenvolveram, embasados no Paradigma da Revolução Verde, em 1960, um padrão tecnológico profundamente dependente e destrutivo. Não*

⁵ Aníbal de Almeida Fernandes (2006) fala que “*a crise nos EUA começou a 19/10/29 com a dificuldade de se levantar meros US\$ 100.000 em fundos do governo americano. A crise arrastou milhões de pessoas na chamada matança dos inocentes (a famosa quinta feira negra de 24/10/29), onde pessoas ingênuas perderam tudo o que possuíam já que, em poucas horas, 12.894.650 ações trocaram de dono provocando uma das quedas de Bolsa de Valores mais drásticas da história e provocando a miséria de milhares de famílias nos EUA.*”

menos distante, verifica-se no espaço regional do Vale do Rio Pardo, essencialmente conectado à atividade industrial fumageira, forte relação de dependência e submissão dos agricultores em relação às empresas processadoras da matéria-prima – o tabaco.”

José Carlos Vaz aponta que, em 1965, é criada a Lei 4.829 do Crédito Rural, com os seguintes objetivos: estimular o crescimento ordenado dos investimentos rurais; favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e da comercialização; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores; incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade, melhoria do padrão de vida das populações rurais e adequada defesa do solo. Nesse momento surgiria, no Rio Grande do Sul, a primeira possibilidade de auxílio para os agricultores.

Ao lado da política pública de incentivo iniciaria o processo de integração das empresas fumageiras formando um oligopólio em que os pequenos produtores foram introduzidos no sistema integrado de produção, ficando a mercê dos pacotes tecnológicos repassados pela indústria.

SISTEMA AGRÁRIO PRÉ-CONTEMPORÂNEO (1965-1990)

O sistema agrário pré - contemporâneo não sofre alterações significativas quanto à forma de exploração do meio cultivado. As zonas I e II seguem utilizando a mecanização e fazendo uso de insumos, sendo que a zona dois continua sofrendo forte impacto antrópico devido à instalação da sede do município e a maior expansão das áreas construídas. A inovação ocorre aqui com a introdução do cultivo de hotifrutigranjeiros em maior escala e o cultivo de flores em estufas que começa a aparecer na região em 1990.

A zona III continua a produção de fumo em estufas, em escala agroindustrial. A inovação se dá com a introdução do cultivo com plantadeira manual e com o processo industrial de beneficiamento do produto. Continuam sendo produzidos o milho, feijão, trigo, erva-mate, batata e os suínos, mas de forma a garantir o auto-consumo. A mão-de-obra continua sendo familiar e os produtos têm escala agroindustrial.

A chegada dos anos 70 abriria as portas para o crédito rural subsidiado e introduziria novas tecnologias, porém, a mecanização da Revolução Verde não chegou às lavouras de fumo da zona III devido a altitude e ondulação do terreno e ao afloramento de rochas que impediam o uso da motomecanização. Porém, a massiva quantidade de insumos, frutos da introdução da Revolução Verde, garantiria o sucesso da produção. A partir daqui a Agricultura não seria a mesma e os sistemas de cultivo e criação extensiva implantaram-se por várias frentes do Rio Grande do Sul, os excedentes agrícolas eram encontrados em profusão, praticamente, em todo o Estado.

Em 1970 é implantado, em Santa Cruz do Sul, o primeiro pólo de beneficiamento de fumo. A situação econômica florescia como se nunca fossem acabar os benefícios do crescimento, fulcrado, principalmente, na Economia. Já os anos 1990, são festejados por grandes fusões de forma a garantir o império da concorrência e criar economias de escala para a competição no mercado.

Esse contexto de crescimento econômico foi um dos responsáveis pela relação de dependência culminada pela exploração do trabalho que revela a desigualdade enfrentada pelos agricultores familiares. Através do sistema integrado de produção de fumo, as empresas controlam os agricultores revelando o aparato institucional e o poder dos programas desenvolvimentistas que moldam o raciocínio dos agricultores.

A economia baseada na exportação passou a ser a tônica na região de Santa Cruz do Sul, além do fumo, outras culturas como a do café e a soja, também foram baseadas por essa visão de mercado. Para Souza (2002) “a experiência tem demonstrado que muitas dessas regiões entram em declínio se elas não forem capazes de diversificar a sua estrutura produtiva a partir dessa base econômica”, o autor se refere aqui à economia baseada em monocultivos para exportação. O autor

refere que, sem o incentivo do poder público é muito improvável que o mercado acabe por suprir as necessidades da diversificação, mas, que o governo não pode arcar sozinho, devido a escassez de recursos, com o incentivo a setores de pouca resposta em termos de encadeamento da produção e do emprego. Afirmo ainda que, nem sempre a instalação de pólos exportadores é suficiente para desencadear um crescimento regional autônomo. Assim, nos anos 80, pela análise do Produto Interno Bruto, a região de Santa Cruz do Sul, contrariamente ao exposto, cresceu mais do que o resto do Vale do Rio Pardo, mesmo sob o modelo de exportação.

No período de 1980 a 1997, José Carlos Vaz declara que o crédito rural começava a apresentar riscos para o agricultor devido à instabilidade econômica vigente no país, sistemas como o PROAGRO estavam já desacreditados, daí surgem programas de reescalonamento e a introdução do plantio da soja-verde. Esse foi um dos principais fatores da ruptura do sistema agrário pré-contemporâneo que introduziu o sistema contemporâneo da produção agrícola brasileira.

A diversificação produtiva foi timidamente implantada na região de Santa Cruz do Sul, onde a base da economia é a fumicultura. A partir dos anos 1990 surgem as primeiras tentativas de diversificação, nesse momento, começam a aparecer a Olericultura e a Floricultura na região estudada.

SISTEMA AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO Fumo e Arroz Mecanizado (a partir 1990)

A cultura do fumo, predominantemente realizada na zona III do nosso estudo, principal matriz econômica da cidade de Santa Cruz do Sul, tem preocupado os técnicos, atualmente, devido a dois fatores, o primeiro é a conservação da fertilidade do solo onde, segundo Silva (2001), em meados de 1995/96, foi introduzido o cultivo mínimo com adubação verde, tanto na cultura do fumo quanto na cultura do milho da região. O segundo fator é a Convenção-Quadro para o controle do tabaco, com sua sigla em inglês (FCTC), presidida pelo Ministério da Saúde, seguida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que criou o Programa Nacional de Diversificação nas Áreas Cultivadas com Tabaco, fulcrada nos artigos 17 e 26 da FCTC. A preocupação surgida no leito do consumo desenfreado de cigarros pela população, principalmente nos países em desenvolvimento, levou a Organização Mundial de Saúde a criar medidas preventivas em prol da saúde, bem-estar social e ambiental. A OMS tem o seu foco sobre o tabagismo aliado a todos os males que dele são provenientes.

A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco teve sua elaboração negociada entre 192 países do ano de 1999 a 2003. No ano de 2003, durante a 56ª Assembléia Mundial de Saúde, foi adotada por consenso, entrando em vigor somente em fevereiro de 2005, sendo ratificada por 40 países. Somente em 2007 o Brasil ratificou o tratado, sendo o 90º a assinar, assim garantiu o apoio internacional, técnico e financeiro para o fortalecimento de uma política agrícola de alternativas ao fumo e assim irá beneficiar as 200 mil famílias que hoje dependem da plantação do tabaco.

Como podemos perceber, a política aqui descrita centraliza-se na saúde humana e preocupa-se com o ambiente que será deixado para as próximas gerações, não deixando de abordar o bem estar das gerações presentes, em bom momento, começamos a vislumbrar mudanças positivas em relação ao meio ambiente e qualidade de vida das pessoas.

Dentro de um contexto de desigualdade, não somente regional, mas antes, a disparidade das relações entre a indústria e o fumicultor, são cada vez mais acirradas com a chegada da reconversão, onde muitas questões que ficavam “na penumbra” se descortinam para os agricultores, entre elas, a que parece ser a principal, é a questão relacionada ao fato das lavouras de fumo não serem “extremamente rentáveis”, como acreditavam os fumicultores, ocorrendo, muitas vezes, na verdade, um empate entre o lucro e o custo da produção.

5. Considerações Finais

No trabalho em tela podemos observar que a cidade de Santa Cruz do Sul, desde o período colonial, com a chegada dos imigrantes alemães, há 159 anos, é tradicionalmente região produtora de fumo, principalmente localizada na zona III, na encosta da serra. Outros cultivos foram implantados, porém, até a chegada da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, com a possibilidade da reconversão produtiva, os agricultores pouco deram atenção às alternativas de produção.

As mudanças do panorama do cultivo do fumo vêm ligados a um clima de insegurança quanto ao futuro econômico das famílias envolvidas e para tanto é necessário que sejam gerados novos rumos tecnológicos alternativos de produção. A transformação econômica e produtiva impulsionada pela legislação ambiental, sanitária ou pelo mercado impõe a modificação dos sistemas de produção adotados, atualmente, na região do Vale do Rio Pardo, bem como implicam na articulação de novos saberes, na produção de novos produtos, no acesso a novos mercados, no relacionamento com outras culturas e segmentos sociais, na utilização de novas tecnologias e na transformação das relações com a natureza considerando os novos processos e produtos agropecuários.

Para tanto, como considerações finais do presente trabalho, acredita-se que um diagnóstico aprofundado da dinâmica da região tanto no que diz respeito à cadeia produtiva caracterizando os entraves da mesma, como no que se refere aos limitantes educacionais, de saúde, de infra-estrutura em geral, que não permitem que as famílias de agricultores que moram e trabalham nessa região se desenvolvam suficientemente e partam para soluções alternativas de produção, seja “fortemente” recomendado.

A diversificação de renda para que, aos poucos, os agricultores da região do Vale do Rio Pardo e mais, particularmente, da cidade de Santa Cruz do Sul, se tornem os agentes da mudança do panorama econômico vigente pode ser um dos marcos para a transformação social e cultural dos produtores, passando eles de meros expectadores a agentes da própria mudança de contexto, pressupostos para as boas práticas de governança.

6. Referências

_____. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SCP, 2ª edição, 2002.

_____. Mapa de Santa Cruz do Sul. Disponível em:
<http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=7013&lg=pt>

_____. **O histórico do fumo.** Site da Souza Cruz, www.souzacruz.com.br. Disponível em:
<http://www.mundoregional.com.br/fumo/noticias.htm>

_____. **Instituto Nacional do Câncer. Brasil ratifica Convenção-Quadro Para o Controle do Tabaco.** Rio de Janeiro: INCa-Ministério da Saúde, 2005 Disponível em:
http://www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=1727

_____. **Plano de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco.** Disponível em:
http://www.fetrafsul.org.br/downloads/OutrosArtigos/Fumo-Plano_de_diversificacao_das_areas.pdf

_____**Programa Nacional de Diversificação nas Áreas Cultivadas com Tabaco.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil: Secretaria da Agricultura Familiar.

_____**Retrato do Controle do Tabagismo no Brasil.** Rio de Janeiro: **Revista Rede Câncer**, RJ, n.6, p. 14- 20, 06 set 2008. Artigo capa da revista de publicação trimestral do Instituto Nacional do Câncer.

AYUKAUWA, M. L.; ALLES, J. M. **Caracterização, Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários do Município de Venâncio Aires, RS, Brasil.** Trabalho de conclusão da disciplina Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, 2003.

BASSAN, D. S. **Desenvolvimento Desigual na Região do Vale do Rio Pardo.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DUCATTI, J. **Mosaico de imagens LANDSAT-TM e macrozoneamento do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, dez 2001.

ETGES, V. E. **Sujeição e resistência:** os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

FELIZARDO, J.N. (org). **Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, (s.d.).

FERNANDES, A. de A. **Crise de 1929 e Revolução de 1930**, 2006. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=872>

KARNOPP, E. **Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável:** o caso da região do vale do rio pardo (Brasil). A C T A S , L.de V., 2003. Disponível em: <http://www.wgsr.uw.edu.pl/pub/uploads/actas03/10-ERICA.pdf>

LIMA, R. G. de. **Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira.** Porto Alegre: Sociologias, n. 18, 2007.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso.** Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas do mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

SANTOS, P. E., OLIVEIRA, A. ; SILVA NETO, B. **Sistemas Agrários, Sistemas Complexos.** In: III Congresso Brasileiro de Sistemas: Prática Sistêmica em Situações de Complexidade, 2007, Florianópolis. Anais do III Congresso Brasileiro de Sistemas: Prática Sistêmica em Situações de Complexidade, 2007.

SCHMITZ, P. I. **Pré-História do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS, 2ª ed., 2006.

SILVA, J. G. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

SILVA, N. B. P. da. **Origem e Caracterização Sócio-Econômica dos Olericultores de Santa Cruz do Sul**. Monografia do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

SILVEIRA, A. M. da. **A Importância do fumo para o Vale do Rio Pardo – Santa Cruz do Sul**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Monografia conclusão de curso de Ciências Econômicas), 2005.

SOUZA, N. de J. de. **Evolução Econômica e Social da região do Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

VAZ, J. C. **O crédito como agente de desenvolvimento da política agrícola no Brasil**. Risco e Gestão do Seguro Rural no Brasil. Apresentações. Disponível em: http://www.ica.org.br/Docs/Apresentacoes/SemiRural_09.30%20Jos%C3%A9%20Carlos%20Vaz%2025-6.pdf

VOGT, O.P. ; SILVEIRA, R. **Vale do Rio Pardo: (Re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

VOGT, O.P. **Produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS**. Santa Cruz do Sul: UDUNIS, 1997.